

COREMAS II  
Geração de  
Energia SPE S.A

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da  
Coremas II Geração de Energia SPE S.A**  
Coremas - PB

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coremas II Geração de Energia SPE S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coremas II Geração de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



William Morton Ricardo  
Contador CRC 1SP239058/O-1

## COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

#### Ativo

	Nota explicativa	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	286.171	6.639.023
Contas a receber de clientes	7	1.978.801	2.614.531
Impostos e contribuições a recuperar		471.323	471.480
Outras contas a receber	8	1.881.984	585.145
		<b>4.618.279</b>	<b>10.310.179</b>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	8	308.703	319.280
Imobilizado	9	141.423.172	148.516.414
Intangível	10	831.944	865.277
		<b>142.563.819</b>	<b>149.700.971</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>147.182.098</b>	<b>160.011.150</b>

#### Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	5.292.792	5.215.826
Fornecedores	12	1.725.824	2.755.386
Imposto de renda e contribuição social		216.469	211.618
Obrigações tributárias		196.992	233.188
Outras contas a pagar	13	447.434	-
		<b>7.879.511</b>	<b>8.416.018</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	86.410.020	96.189.320
Outras contas a pagar	13	100.728	100.728
		<b>86.510.748</b>	<b>96.290.048</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14	69.269.898	67.269.898
Prejuízos acumulados		(16.478.059)	(11.964.814)
		<b>52.791.839</b>	<b>55.305.084</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>147.182.098</b>	<b>160.011.150</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional	15	21.777.406	21.772.697
Custos da operação	16	(8.602.919)	(9.404.978)
<b>Lucro bruto</b>		<b>13.174.487</b>	<b>12.367.719</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	16	(1.999.667)	(3.398.897)
Outras receitas operacionais		1.134	20.491
		<b>(1.998.533)</b>	<b>(3.378.406)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>11.175.954</b>	<b>8.989.313</b>
Receitas financeiras	17	1.832.169	1.546.637
Despesas financeiras	17	(16.763.751)	(8.505.140)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(14.931.582)</b>	<b>(6.958.503)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(3.755.628)</b>	<b>2.030.810</b>
Tributos sobre o lucro	18	(757.617)	(749.793)
<b>(Prejuízo) / lucro líquido do exercício</b>		<b>(4.513.245)</b>	<b>1.281.017</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em Reais)*

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<u><b>(4.513.245)</b></u>	<u><b>1.281.017</b></u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>(4.513.245)</b></u>	<u><b>1.281.017</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>67.269.898</b>	<b>(13.245.831)</b>	<b>54.024.067</b>
Lucro líquido do exercício	-	1.281.017	1.281.017
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>67.269.898</b>	<b>(11.964.814)</b>	<b>55.305.084</b>
Aumento de capital	2.000.000	-	2.000.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.513.245)	(4.513.245)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>69.269.898</b>	<b>(16.478.059)</b>	<b>52.791.839</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COREMAS II Geração de Energia SPE S.A

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
(Prejuízo) lucro do exercício		(4.513.245)	1.281.017
<b>Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	9/10	6.909.850	8.315.238
Baixa de ativo imobilizado	9	216.725	-
Juros sobre empréstimos	11	14.919.047	7.735.319
Amortização dos custos de transação dos empréstimos	11	978.418	672.721
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	757.617	749.793
<b>Aumento líquido/(redução) das contas de ativos e passivos operacionais</b>			
Contas a receber		635.730	(835.068)
Tributos a recuperar		157	(28.638)
Outras contas a receber		(1.286.262)	394.804
Fornecedores		(3.556.411)	78.550
Obrigações tributárias		(36.196)	(64.915)
Outras contas a pagar		-	(1.596.621)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>15.025.430</b>	<b>16.702.200</b>
Juros pagos	11	(14.908.241)	(7.852.993)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(752.766)	(704.795)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>(635.577)</b>	<b>8.144.412</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado		2.526.849	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento</b>		<b>2.526.849</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aporte de capital	14	2.000.000	-
Amortização do principal do empréstimo	11	(6.047.697)	(1.675.591)
Custo da transação do empréstimo	11	(4.441.097)	(4.021.695)
Aplicação financeira restrita	11	(202.764)	(73.010)
Mútuos com partes relacionadas		447.434	(151.645)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(8.244.124)</b>	<b>(5.921.941)</b>
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(6.352.852)</b>	<b>2.222.471</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.639.023	4.416.552
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		286.171	6.639.023
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(6.352.852)</b>	<b>2.222.471</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

*(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

Coremas II Geração de Energia SPE S.A. (“Companhia”) é sociedade anônima constituída em 10 de agosto de 2011 estabelecida no Sítio Escurinho município de Coremas, no estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste na construção, operação e manutenção de usina solar fotovoltaica para venda de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia solar com 16 (dezesesseis) unidades geradoras (inversores) de 1,6875 MW de potência nominal totalizando 27 MW de capacidade instalada.

#### 1.1 Autorização para produção de energia elétrica

A Companhia possui autorização outorgada para produção independente de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Portaria MME	Publicação da Portaria	Prazo Autorização	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
UFV Coremas II	370/2016	19/07/2016	35 anos	27	6,9

#### 1.2 Contrato de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve contrato de compra e venda de energia de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Central Geradora	Tipo Contratação	Compradora	Contrato Ano	Preço contratado por MW (a)	Prazo	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Coremas II	7º Leilão de Energia de Reserva (LER)	CCEE	2015	R\$ 301,88	Ago/2017 a Jul/2037	IPCA	Agosto

O preço por MW é atualizado, anualmente, pelo IPCA e em 31 de dezembro de 2021 é de 404,58 (2020: R\$ 371,19)

#### 1.3 Efeito da Pandemia – COVID 19

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que não foram detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, tendo em vista que a Companhia detém contrato de venda de energia firmados antes do evento da COVID-19 que estão assegurados pela CCEE. Mesmo com as restrições da pandemia, a curva de produção não foi afetada tendo em vista que dependemos única e exclusivamente da irradiação solar e de comandos que são realizados remotamente, e não há, até o momento, nenhuma evidência de inadimplência por parte do cliente.

#### **1.4 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros**

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 3.261.232 em 31 de dezembro de 2021. O índice negativo está relacionado ao consumo de caixa para pagamento dos juros dos empréstimos que aumentaram, em comparação ao último exercício financeiro, por conta da variação do IPCA (indexador contratual). Adicionalmente, a Companhia apurou prejuízo no período de R\$ 4.513.245.

O resultado da Companhia é sensível às variações do IPCA dado que o preço do contrato de longo prazo com o cliente (PPA - *Power Purchase Agreements*) e o valor dos juros do empréstimo são indexados a este índice.

Pela natureza do contrato com cliente, são previstos recebimentos de caixa certos e recorrentes e, conforme avaliação da Administração, o preço contratual indexado ao IPCA confere projeções de aumento da receita operacional acima do inicialmente projetado, o que refletirá um aumento significativo da receita durante todo o prazo remanescente do contrato.

A Companhia também mantém contrato de suporte de capital (*Equity Support Agreement*) dos acionistas indiretos (Nordic Power Partners e Rio Alto Energia Ltda) em favor dos bancos fiadores no qual se compromete a prover recursos suficientes para cumprimento das dívidas. Dessa forma, entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, para cumprir com as obrigações financeiras de curto prazo.

Isto posto, as demonstrações financeiras foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a perpetuidade das operações, a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da incapacidade de continuar em operação.

## **2 Base de apresentação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2022.

### **b. Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo por meio do resultado.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

### **3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

##### **a. Vida útil dos ativos**

A vida útil dos ativos é estimada com base na análise técnica das reais condições de uso e necessidade de manutenção do ativo bem como a análise do período pelo qual o ativo pretende ser utilizado nas operações da Companhia. Os ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) a cada exercício financeiro, conforme nota 4 (d)(ii).

##### **b. Provisão para perdas em processos judiciais**

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas, no passivo, com base na expectativa de perda provável definida pelos assessores jurídicos da Administração. Estas provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

##### **c. Provisão de ressarcimento**

A Companhia reconhece a provisão de ressarcimento em virtude de desvios negativos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da provisão de ressarcimento ocorre, durante o ciclo contratual, quando a Companhia considera provável incorrer em passivos de ressarcimento por desvios negativos de geração de energia.

##### **d. Reconhecimento de receita anual variável**

A Companhia reconhece a receita quando da apuração dos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. O acompanhamento da energia gerada e contratada é realizado mensalmente, e a contabilização da receita variável ocorre ao final do ciclo contratual quando há a apuração do saldo acumulado da conta de energia e a Companhia passa a ter o direito à contraprestação de receita sobre os desvios positivos de geração energia.

### **4 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis descritas na nota explicativa nº5.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativo financeiro**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A classificação de um instrumento financeiro no momento inicial é como segue:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável (perdas por impairment). As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** se o instrumento financeiro for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado após seu reconhecimento inicial, ou não tiver sido anteriormente reconhecido, a diferença no momento da designação entre o valor contábil, se houver, e o valor justo é imediatamente reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais (pagamento de principal e de juros)*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamento (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros, isso inclui a avaliação sobre se o ativo Financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxo de caixa de ativos específicos (por exemplos, baseados na performance de um ativo).

**(ii) *Passivos financeiros***

Passivo financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

**(iii) *Instrumentos financeiros derivativos***

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

**b. *Imobilizado***

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

O ativo imobilizado é inicialmente mensurado pelo seu custo histórico de aquisição. Os componentes do custo contemplam (a) as aquisições; (b) os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento e (c) custos de empréstimos atribuíveis diretamente à construção do ativo imobilizado.

**(ii) Custos subsequentes**

Os custos de manutenção periódica dos ativos são reconhecidos no resultado quando de sua competência. Custos subsequentes apenas são capitalizados quando, e na medida que, prováveis benefícios econômicos associados ao item fluam para a Companhia.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada separadamente para cada item do ativo com custo significativo (em relação ao custo total). O cálculo é efetuado com base na vida útil, limitado ao período de autorização, e valores residuais estimados, utilizando o método linear.

A depreciação do período é reconhecida no resultado e os métodos de cálculo, e as estimativas são revistas a cada exercício financeiro.

**c. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita é mensurada e reconhecida com base no Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade quantidade de energia elétrica de acordo com os seguintes parâmetros:

**(i) Reconhecimento da receita**

O principal critério de reconhecimento e mensuração da receita do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- A determinação do preço para cada tipo de transação;
- A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período no tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**(ii) Contrato com CCEE**

Corresponde, se aplicável, ao pagamento associado aos desvios positivos de geração de energia considerando-se as faixas de tolerância. Os valores são apurados ao final de cada ano contratual pelo controle do saldo acumulado da conta de energia.

*Receitas mensais recorrentes*

A Companhia reconhece receita operacional mensalmente pela entrega da energia, no limite da quantidade de energia fixa contratada, conforme Contrato de Energia de Reserva (CER).

*Receitas anuais variáveis*

O Contrato de Energia de Reserva (CER) estabelece que sejam apuradas, ao final de cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. A parcela do saldo acumulado ao final de cada ano contratual que extrapolar os limites da faixa de tolerância confere direito à contraprestação de receita variável.

O reconhecimento da receita variável no resultado ocorre anualmente, após a apuração do saldo acumulado da energia gerada excedente, quando a Companhia entende cumprir com a obrigação de desempenho contratual.

**d. Redução ao valor recuperável**

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- (i) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa de cliente é reconhecida quando, e na medida em que, a Administração considera que é pouco provável que o devedor pague suas obrigações de crédito à Companhia.
- (ii) **Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo supere o valor recuperável estimado.

No exercício findo em 2021 a Companhia concluiu não haver indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos (financeiros e não financeiros).

**e. Imposto de renda e contribuição social correntes**

- **Imposto de renda corrente (IRPJ):** calculado com base na aplicação das alíquotas de 15% sobre o lucro presumido, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R\$ 240.000.
- **Contribuição social corrente (CSLL):** calculada com base na aplicação da alíquota de 9% sobre o lucro presumido.

**f. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal que possa ser mensurada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para sua liquidação.

**g. Receita e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, estas são reconhecidas, em sua competência, no resultado do exercício por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com custo e juros sobre os empréstimos, IOF, despesas bancárias, multas contratuais, e juros sobre outras obrigações que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

## **5 Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras pois não espera efeito significativo em suas operações.

### **Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados

### **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

### **Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Revisão de pronunciamentos técnicos CPC nº19 – Atualizações com vigência a partir de 2022;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- CPC 50 Contratos de Seguros.
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23).

## 6 Caixas e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	-	1.000
Banco conta movimento	11.701	6.491.797
Aplicações financeiras (a)	274.470	146.226
	<b>286.171</b>	<b>6.639.023</b>

- (a) A conta corresponde a aplicações financeiras de resgate imediato, com baixo risco de mudança de valor e com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender às obrigações de curto prazo. A remuneração das aplicações é de, em média, 100% da CDI em 2021 e 2020.

## 7 Contas a receber

	2021	2020
Recebíveis de energia de reserva – receita fixa (a)	1.978.801	1.904.273
Recebíveis de energia de reserva – receita variável (b)	-	710.258
Recebíveis de energia de reserva – vendas antecipadas (c)	308.703	319.280
	<b>2.287.504</b>	<b>2.933.811</b>

- (a) Montante a receber decorrente da parcela mensal da receita recorrente descrita na nota 4c (ii).
- (b) Montante a receber decorrente da parcela de receita anual variável descrita na nota 4c (ii).
- (c) Se referem às vendas antecipadas de energia gerada por Coremas II e comercializada pelo Rio Alto Comercializadora durante o exercício de 2019. Este valor será liquidado entre as partes no longo prazo.

A Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, tendo em vista que possui apenas um cliente, a CCEE, que possui poucas ocorrências de inadimplência no mercado de energia. As outras transações de contas a receber ocorrem com as partes relacionadas. A Administração julga não necessário o reconhecimento de perdas estimadas para esses recebíveis.

A abertura do saldo a receber, de 2021, por vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

	Valor
A vencer em até 30 dias	1.978.801
A vencer em período superior a 01 ano	308.703
<b>Total a vencer</b>	<b>2.287.504</b>

## 8 Outras contas a receber

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prêmios de seguro (a)	165.015	124.517
Indenização de seguros (b)	1.534.896	-
Acordo operacional (c)	182.073	-
Análise do Projeto (d)	-	457.207
Outras contas a receber	-	3.421
	<b>1.881.984</b>	<b>585.145</b>

- (a) Prêmios de seguro: são despesas pagas antecipadamente referentes às apólices de seguros de risco operacional e responsabilidade civil necessários para operação da usina. Os valores são apropriados nas contas de despesa, mensalmente, em função do prazo de vigência das apólices.
- (b) Indenização de seguros: se refere a indenização devida pelo seguro de risco operacional da usina, em virtude de quebra de um transformador do ativo imobilizado.
- (c) Acordo operacional: se referem aos reembolsos a receber de Coremas I e Coremas III decorrentes de acordo operacional firmado para divisão de custos aplicáveis ao uso compartilhado da subestação de Coremas II.
- (d) Análise do projeto: despesa antecipada para avaliação do projeto pelo Banco do Nordeste cuja amortização cuja amortização ocorreu integralmente no exercício de 2021.

## 9 Imobilizado

	Máquinas e Equipamentos	Edificações	Total
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>154.443.844</b>	<b>2.353.087</b>	<b>156.796.930</b>
Depreciação (a)	(8.233.454)	(47.062)	(8.280.516)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>146.210.390</b>	<b>2.306.025</b>	<b>148.516.414</b>
Aquisições	34.505	-	34.505
Baixas	(251.230)	-	(251.230)
Transferências	2.306.025	(2.306.025)	-
Depreciação (a)	(6.876.517)	-	(6.876.517)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>141.423.173</b>	<b>-</b>	<b>141.423.172</b>

- (a) A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com a vida útil estimada para cada unidade geradora. A vida útil para a Central Geradora (UFV) foi estimada por meio de laudo técnico de engenharia. A depreciação dos ativos está limitada ao período de autorização, conforme notas explicativas 1.1 e 4b. A taxa média anual de depreciação da central geradora e do grupo de computadores e periféricos foi de 4,7% a.a.

## 10 Intangível

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Direito de uso de terreno (a)	1.000.000	1.000.000
(-) Amortização	(168.056)	(134.723)
	<b>831.944</b>	<b>865.277</b>

- (a) A rubrica se refere ao valor pago pelos direitos de usufruto do Sítio Escurinho em Coremas-PB, onde a Usina Fotovoltaica está implantada.

## 11 Empréstimos e financiamentos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banco do Nordeste (a)	115.664.415	121.701.304
(-) Custos de transação (b)	(17.093.442)	(13.630.762)
(-) Fundo de reserva (c)	<u>(6.868.161)</u>	<u>(6.665.396)</u>
	<b><u>91.702.812</u></b>	<b><u>101.405.146</u></b>
Circulante	5.292.792	5.215.826
Não circulante	<u>86.410.020</u>	<u>96.189.320</u>
	<b><u>91.702.812</u></b>	<b><u>101.405.146</u></b>

- (a) Se refere ao saldo a pagar do financiamento tomado do Banco do Nordeste para construção do Complexo Solar de Coremas II à taxa de juros 2,7382% a.a. + IPCA. Primeira parcela a pagar teve seu vencimento de 15/12/2020. O último pagamento de parcela de empréstimo (principal e juros) está contratualmente previsto para 15/11/2037. O fluxo de amortização está demonstrado a seguir:

2023	5.670.214
2024	5.973.174
2025	5.973.848
A partir de 2026	<u>68.792.784</u>
	<b><u>86.410.020</u></b>

- (b) Os valores alocados como custo de transação se referem às despesas incorridas com taxas de comissão, garantia e compromisso diretamente atribuíveis aos empréstimos tomados do Banco do Nordeste. Estes valores estão sendo amortizados de acordo com o prazo de contratual da dívida.
- (c) O valor de fundo de reserva se refere à aplicação financeira cuja propriedade e posse direta foi concedida ao Banco do Nordeste em virtude do financiamento contratado. O saldo deste ativo representa no mínimo 5,34% do saldo devedor e pode, de acordo com as regras contratuais, ser realizado pelo proprietário fiduciário para amortização da dívida bancária.

A movimentação do saldo dos empréstimos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>106.620.395</u></b>
Despesas de juros incorporadas à dívida	7.735.319
Custos de transação do empréstimo	(4.021.695)
(-) Amortização custos de transação	672.721
(-) Juros pagos	(7.852.993)
(-) Amortização do principal da dívida	(1.675.591)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	<u>(73.010)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>101.405.146</u></b>
Despesas de juros incorporadas à dívida	14.919.047
Custos de transação do empréstimo	(4.441.097)
(-) Amortização custos de transação	978.418
(-) Juros pagos	(14.908.241)
(-) Amortização do principal da dívida	(6.047.697)
(-) Aumento do fundo de reserva (aplicação restrita)	<u>(202.764)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>91.702.812</u></b>

O contrato de empréstimo possui cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas, as quais são acompanhadas anual e mensalmente, respectivamente, pela Companhia.

## 12 Fornecedores

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Sertão Solar (a)	1.296.016	-
WEG (b)	331.055	2.526.848
Outros Fornecedores (c)	98.753	228.538
	<b>1.725.824</b>	<b>2.755.386</b>

- (a) Corresponde ao saldo a pagar originado de acordo de cessão de energia firmado com a Usina Sertão 1 (participante do 7º Leilão para Contratação de Energia de Reserva da ANEEL – 2015).
- (b) Corresponde ao principal fornecedor para construção do Complexo Solar de Coremas II;
- (c) Corresponde a outros prestadores de serviços relacionados às rotinas da usina.

## 13 Outras contas a pagar

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Mútuo - Coremas I Geração de Energia SPE S.A. (a)	447.434	-
Rio Alto Participações (b)	15.000	15.000
Rio Alto Energia (b)	85.728	85.728
	<b>548.162</b>	<b>100.728</b>
Circulante	447.434	-
Não circulante	100.728	100.728
	<b>548.162</b>	<b>100.728</b>

- (a) Mútuo Coremas I Geração de Energia SPE S.A:  
 Saldo a pagar em decorrência de contrato de mútuo entre as partes para pagamento de fornecedores e gestão do fluxo de caixa. O prazo de recebimento contratual é 31/03/2022 e não foram aplicados juros na transação.
- (b) Mútuos Rio Alto Participações e Rio Alto Energia:  
 Saldo a pagar em decorrência de mútuo entre as partes para pagamento de fornecedores e gestão do fluxo de caixa. Não foram aplicados juros na transação e o prazo para liquidação é indeterminado.

## 14 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital estava dividido em 69.269.898 ações, no valor de R\$ 1 (um Real), totalmente subscritas e integralizadas, no montante de R\$ 69.269.898, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
FIP Coremas	69.269.897	67.269.897
Nordic Power Partners P/S	1	1
	<b>69.269.898</b>	<b>67.269.898</b>

	N° ações	%	R\$
FIP Coremas	69.269.897	100%	69.269.897
Nordic Power Partners P/S	1	-	1
	<b>69.269.898</b>	<b>100%</b>	<b>69.269.898</b>

**(i) Ações ordinárias**

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

*Emissão de ações ordinárias*

Em 2021, a Companhia emitiu 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 cada. As novas ações são subscritas pelo acionista Fundo de Investimento em Participações Conjunto Coremas – Multiestratégia (FIP Coremas), com a anuência da acionista Nordic Power Partners P/S, as quais foram integralizadas em moeda corrente em 21 de dezembro de 2021.

## 15 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta da venda de energia	22.602.436	22.599.083
(-) Tributos sobre receita	(825.030)	(826.386)
	<b>21.777.406</b>	<b>21.772.697</b>

## 16 Natureza dos custos e despesas

	2021	2020
Tarifas de transmissão de energia (a)	(917.493)	(947.464)
Custo de energia vendida	(558.851)	(142.275)
Serviços prestados por terceiros	(1.921.132)	(3.106.792)
Depreciação e amortização	(7.126.575)	(8.315.238)
Multas	-	(288.447)
Outras despesas	(78.535)	(3.659)
Outras receitas	1.134	20.491
	<b>(10.601.452)</b>	<b>(12.783.384)</b>
Custos dos serviços prestados	(8.602.919)	(9.404.978)
Despesas gerais e administrativas	(1.999.667)	(3.398.897)
Outras receitas	1.134	20.491
	<b>(10.601.452)</b>	<b>(12.783.384)</b>

(a) Refere-se às taxas relativas à transmissão de energia que são cobradas com relação à distribuição da energia.

## 17 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	250.173	180.195
Acordo operacional (a)	1.581.996	-
Outras receitas	-	1.366.442
<b>Receita financeira</b>	<b><u>1.832.169</u></b>	<b><u>1.546.637</u></b>
Juros passivos sobre empréstimos (b)	(14.919.047)	(7.735.319)
Amortização custo transação	(1.435.625)	(672.721)
IOF	(63.974)	(16.329)
Despesas bancárias	(6.180)	(73.317)
Outras despesas financeiras	(338.925)	(7.454)
<b>Despesas financeiras</b>	<b><u>(16.763.751)</u></b>	<b><u>(8.505.140)</u></b>
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<b><u>(14.931.582)</u></b>	<b><u>(6.958.503)</u></b>

- (a) Referente aos valores recebidos de Coremas I e III pelo acordo de compartilhamento de custo da subestação.
- (b) Aumento significativo das despesas com juros em decorrência do aumento do IPCA em 2021, que impactou os juros incidentes sobre o saldo devedor do financiamento com o Banco do Nordeste (nota explicativa 11).

## 18 Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro estão demonstradas a seguir:

### (i) Conciliação do lucro tributável

	2021	2020
Receita operacional tributável	22.602.436	22.599.063
Receita financeira tributável	251.357	188.344
<b>Total da Receita Tributável</b>	<b><u>22.853.793</u></b>	<b><u>22.787.407</u></b>
<b>Apuração do lucro presumido para fins de IRPJ</b>		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	8%	8%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
<b>Lucro presumido para fins de IRPJ apurado</b>	<b><u>2.059.552</u></b>	<b><u>1.996.269</u></b>
<b>Apuração do lucro presumido para fins de CSLL</b>		
Alíquota de presunção sobre receita operacional	12%	12%
Alíquota de presunção sobre receita financeira	100%	100%
<b>Lucro presumido para fins de CSLL apurado</b>	<b>2.963.650</b>	<b><u>2.900.231</u></b>

**(ii) Apuração do valor devido de IRPJ e CSLL**

	2021	2020
IRPJ Devido (alíquota 15%)	308.933	299.440
Adicional de IRPJ devido (alíquota 10%)	<u>181.955</u>	<u>175.627</u>
<b>Total de IRPJ devido</b>	<b><u>490.888</u></b>	<b><u>475.067</u></b>
CSLL devida (alíquota 9%)	<u>266.728</u>	<u>261.021</u>
<b>Total de CSLL devida</b>	<b><u>266.728</u></b>	<b><u>261.021</u></b>
IRPJ corrente devido	490.888	475.067
CSLL corrente devido	<u>266.728</u>	<u>261.021</u>
Ajustes de conciliação	-	13.705
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>757.617</u></b>	<b><u>749.793</u></b>

**19 Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas se referem aos valores movimentados entre empresas do grupo para pagamento de fornecedores e manutenção do fluxo de caixa. A composição da movimentação destes valores está demonstrada na tabela a seguir:

	2021	2020
<b>Ativo não circulante</b>		
Rio Alto Comercializadora	308.703	319.280
Coremas I Geração de Energia SPE S.A.	91.037	-
Coremas III Geração de Energia SPE S.A.	<u>91.037</u>	<u>-</u>
	<b><u>308.703</u></b>	<b><u>319.280</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Rio Alto Participações	15.000	15.000
Rio Alto Energia	85.728	85.728
Coremas I Geração de Energia SPE S.A.	<u>447.434</u>	<u>-</u>
	<b><u>548.162</u></b>	<b><u>100.728</u></b>

A remuneração aos diretores, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios de 2021 e 2020, foi realizada pelos sócios controladores.

**20 Compromissos futuros**

A seguir estão divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes:

	2022	2023	2024	2025	2026 a 2037
CUST (a)	869.417	895.499	922.364	950.035	13.323.028
Manutenção (b)	656.400	689.220	723.681	759.865	12.131.025
Seguros (c)	<u>310.037</u>	<u>325.539</u>	<u>341.816</u>	<u>358.906</u>	<u>5.998.397</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.835.854</u></b>	<b><u>1.910.258</u></b>	<b><u>1.987.861</u></b>	<b><u>2.068.806</u></b>	<b><u>31.452.450</u></b>

(a) Encargos devidos ao uso do sistema de transmissão (CUST)

Durante toda a operação dos projetos a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso de sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) para empreendimentos contados na rede de transmissão.

(b) Contratos de operação de manutenção

A Companhia possui contrato de longo prazo com fornecedor para manutenção das usinas fotovoltaicas.

(c) Seguros

A Companhia mantém contratação de seguros que proporcionam cobertura para eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil e de perda e/ou deterioração dos ativos. A Administração considera que os valores segurados são suficientes para proteção de todos os ativos e compromissos e valores relevantes de alto nível de risco.

## 21 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa.

## 22 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4(a). O gerenciamento dos instrumentos financeiros ocorre por meio do acompanhamento da variação das taxas de juros e indexadores de empréstimos, da avaliação do risco de crédito de seus ativos, do monitoramento das cláusulas de *covenants* e da projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios financeiros.

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Valor Justo por Meio do		Custo Amortizado	
	Resultado			
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>				
Caixa e conta corrente	-	-	11.701	6.492.797
Aplicações financeiras	274.470	146.226	274.470	146.226
Contas a receber	-	-	2.287.504	2.933.811
Outras contas a receber	-	-	1.881.984	585.145
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	-	1.725.824	2.755.386
Outras contas a pagar	-	-	548.162	100.728
Empréstimos e financiamentos	-	-	91.702.812	101.405.146

### b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	2021		2020	
		Valor Contábil	Valor justo (i)	Valor Contábil	Valor justo (i)
<b>Ativos</b>					
Caixa e conta corrente	Nível 2	11.701	11.701	6.492.797	6.492.797
Aplicações financeiras	Nível 2	274.470	274.470	146.226	146.226
Contas a receber	Nível 2	2.287.504	2.287.504	2.933.811	2.933.811
Outras contas a receber	Nível 2	1.881.984	1.881.984	585.145	585.145
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	1.725.824	1.725.824	2.755.386	2.755.386
Outras contas a pagar	Nível 2	548.162	548.162	100.728	100.728
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	91.702.812	91.702.812	101.405.146	101.405.146

(i) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil.

(\*) A Companhia segue a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1 – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

**c. Gestão de riscos financeiros**

A Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites:

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Em 2021, a Administração avaliou não necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contratos.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais do cliente. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. As estimativas são calculadas com base no registro histórico de descumprimento contratual e/ou inadimplências. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou não necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

*Aplicações financeiras*

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, se causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

*Exposição ao risco de liquidez*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Valor Contábil	Até 2022	Até 2023	Entre 2024 e 2025	A partir de 2025
Fornecedores	1.725.824	1.725.824	-	-	-
Empréstimo BNB	115.664.415	7.083.833	6.744.147	14.094.889	87.741.546
Outras contas a pagar	548.162	447.434	100.728	-	-
	<u>117.938.401</u>	<u>9.257.091</u>	<u>6.844.875</u>	<u>14.094.889</u>	<u>87.741.546</u>

**(iv) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Análise de Sensibilidade*

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus Instrumentos Financeiros com o objetivo de mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado para preparação destas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco detectado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas.

	Cenário Realizado	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31/12/21	31/12/22	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
<b>Variação das taxas de juros e índices</b>					
Risco de aumento do taxas de juros e IPCA	10,06%	11,67%	1,61%	2,01%	2,41%
Risco de redução das taxas de juros e CDI	4,42%	5,50%	1,08%	1,35%	1,62%

  

	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
<b>Risco de variação do passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	115.664.415	1.861.734	2.327.168	2.792.602
<b>Total</b>		<b>115.664.415</b>	<b>1.861.734</b>	<b>2.327.168</b>	<b>2.792.602</b>
<b>Risco de variação do ativo</b>					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	274.470	2.961	3.702	4.442
Fundo de reserva vinculado ao empréstimo	CDI	6.868.161	74.102	92.628	111.153
<b>Total</b>		<b>7.142.631</b>	<b>77.063</b>	<b>96.329</b>	<b>115.595</b>

**23 Informações complementares ao fluxo de caixa**

Durante o exercício de 2021 foram realizados pagamentos somando o montante de R\$ 2.526.849, que se refere a compra de itens do imobilizado adquiridos entre os exercícios de 2020 e 2019.